

## **O MUNICÍPIO E A SAÚDE HOSPITALAR**

Completada a primeira década do séc. XXI, nas próximas e dando continuidade ao que na actualidade já acontece, as cidades irão estar sobre um cenário mundial de urbanidade que parece tornar-se irreversível e Portimão não escapará a este fenómeno.

Neste contexto, num novo paradigma de desenvolvimento urbano e sua sustentabilidade, o vector saúde hospitalar, que é aquele que me irei debruçar, exige-nos uma reflexão sobre metodologias inovadoras, onde todos os actores que interagem sobre os diferentes sistemas de saúde moderna, visam uma visão estratégica que revitalize a estrutura, a capacidade e os recursos internos do hospital, que a torne eficaz e eficiente, para dar resposta às necessidades dos cidadãos em consonância com valores da sociedade civil.

No actual quadro de desenvolvimento à escala global, os princípios de igualdade, liberdade e solidariedade, assim como a participação civil e o desenvolvimento da subsidiariedade, representam na sociedade moderna os pilares das nossas organizações hospitalares.

A coesão destes princípios essenciais, exige uma profunda cultura humanista e transformadora do nosso hospital, uma liderança social criativa, de onde aflore a autocrítica, se dilua a arrogância, se fomente o desenvolvimento da excelência, o compromisso, a auto-exigência, a atitude leal pró-activa, o talento empreendedor e o espírito de serviço e interesse social.

Para quem não sabe, o nosso querido CHBA (Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio) está a tornar-se, para a alegria e satisfação de alguns, numa unidade decadente, com o desaparecimento de importantes valências na área médica, fruto de uma gestão ineficaz e ineficiente, sem visão de futuro, que põe em causa os princípios por mim apontados.

Esta unidade de saúde, com grande desperdício de recursos, com uma falta de produtividade confrangedora, terá de ser reabilitada e ser a principal unidade médico-cirúrgica na sustentabilidade do nosso serviço nacional de saúde para os concelhos de Vila do Bispo, Lagos, Aljezur, Portimão, Monchique, Silves e Lagoa.

Perante a visão redutora do actual executivo camarário, esquecendo o que em gestão é um custo de oportunidade, que continua com as despesas supérfluas, desviando dinheiros para jantares de clara campanha eleitoral, barcos, aviões, e um infindável número de promessas eleitorais, é hora de dizermos, basta!

Comigo, na presidência, a crise no nosso hospital não pode continuar a ser escondida; não podemos fechar os olhos, fazer de conta que nada se passa, não podemos deixar que nos aldrabem, que se transforme a democracia numa lobyocracia, suja, hipócrita e falsa.

Comigo, os cidadãos dos concelhos apontados, devem ser a base das nossas preocupações e assim para além das situações médico-cirúrgicas com as quais nos debatemos no dia a dia, para este século são fonte de preocupação:

- 1- Doenças degenerativas
- 2- Doenças do foro cardio vascular
- 3- Doenças do foro psiquiátrico e oftalmológico
- 4- Doenças infecto contagiosas
- 5- O trauma

Nesta perspectiva, de cidadania competente, um dos objectivos da nossa missão e das prioridades do nosso hospital será contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e da sociedade no seu conjunto.

Deste modo proponho:

- Reforço, sem poder de decisão, para o representante, ou melhor, o vogal da câmara municipal no conselho de administração do nosso hospital, com direito de opinião em matérias de gestão e controlo dos desvios da mesma.
- Para cada uma das 6 situações médico cirúrgicas que atrás mencionei, a minha gestão irá disponibilizar e pagar, a formação, em especialista, para 2 médicos, para cada uma daquelas áreas; o retorno deste investimento será a prestação de serviços, pelos médicos, em exclusividade, durante 8 anos para o CHBA.

Penso que estas as verdadeiras inovações sociais na sociedade e contribuirão para que de uma vez por todas, o nosso hospital deixe de ser pensado como unidade de diagnostico e / ou apoio a outras instituições.

Finalmente, o serviço nacional de saúde, do qual o nosso hospital faz parte, como instituição social fundamental, é um instrumento de intervenção dos poderes públicos para dar resposta às necessidades de saúde da população e reforço do sentimento pessoal e colectivo.

José Dias